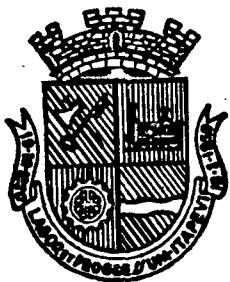


09/97

# CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI



ESTADO DE SÃO PAULO

**PROCESSO N.º 029/97**

**PROJETO N.º 021/97**

DE LEI

**INTERESSADO " PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ITAPEVI "**

**ASSUNTO " DISPÕE SOBRE O SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO  
REORGANIZANDO O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCA  
ÇÃO, QUE PASSA A DENOMINAR- SE CONSELHO DE  
EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI- CEMI "**

Lei 1265

DIGITALIZADO  
POR Kalyane.



# **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI**

" ITAPEVI - Cidade Esperança "  
ESTADO DE SÃO PAULO

OFÍCIO PMI Nº 123/97

Itapevi, 25 de junho de 1997

Senhor Presidente,


Valho-me do presente para solicitar, nos termos do disposto no art. 24 da Lei Orgânica do Município, se digne Vossa Excelência em convocar os Ilustres Edis que compõem essa Egrégia Câmara Municipal para Sessão Extraordinária, objetivando a apreciação do Projeto de Lei encaminhado através da Mensagem nº 004/97.

Sendo o que se apresenta, subscrevo-me, reiterando, na oportunidade, a Vossa Excelência, meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Itapevi, 25 de junho de 1997

  
SÉRGIO MONTANHEIRO  
Prefeito

Excelentíssimo Senhor  
**ROBERTO TOSHIO SATO**  
DD. Presidente da Câmara Municipal de  
Itapevi-SP.

**RECEBEMOS**  
26 / 06 / 97  
  
SECRETARIA





# **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI**

" ITAPEVI - Cidade Esperança "  
ESTADO DE SÃO PAULO

**MENSAGEM Nº 004/97**

Itapevi, 23 de junho de 1997.

**SENHOR PRESIDENTE:**

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa Colenda Casa Legislativa, o incluso Projeto de Lei que dispõe sobre a reorganização do Conselho de Educação do Município de Itapevi.

Com a edição da Lei Estadual nº 9.143, de 09 de março de 1995, tornou-se necessária a adequação dos Conselhos Municipais, ligados a área da educação, desta forma a municipalidade, elaborou o projeto de lei ora encaminhado, o qual propõe a instituição da entidade dentro dos critérios já definidos na legislação aqui mencionada.

A entidade, que a propositura cria, é um órgão colegiado de natureza, consultiva, normativa e deliberativa, a qual tem por finalidade auxiliar o Poder Executivo, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, na formulação da política educacional visando o ensino infantil e fundamental.

O órgão será composto por representantes do Poder Executivo, por entidades ligadas ao ensino público e privado, assim como de outras sociedades de classe. A participação dos membros junto ao Conselho, se constitui em uma atividade não remunerada.



# **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI**

" ITAPEVI - Cidade Esperança "  
ESTADO DE SÃO PAULO

A propositura remetida a esse Poder Legislativo, atende as normas editadas pelo Governo do Estado de São Paulo, bem como reproduz o interesse desta municipalidade, motivo pelo qual, solicitamos a Vossa Excelência, e aos nobres pares dessa Augusta Casa que, após a sua devida apreciação, receba votação favorável.

Pelo exposto, considerando a relevância do projeto ora submetido à consideração do Egrégio Plenário dessa Casa de Leis, solicito seja sua apreciação realizada em regime de urgência, conforme prerrogativa conferida pelo disposto no artigo 35 da Lei Orgânica do Município.

Sendo o que se apresenta, subscrevo-me, renovando, na oportunidade, a Vossa Excelência e Ilustres Pares, meus protesto de elevada estima e distinta consideração.

Cordialmente,

  
**SÉRGIO MONTANHEIRO**  
Prefeito Municipal

**Ilustríssimo Senhor**  
**ROBERTO TOSHIO SATO**  
**DD. presidente da Câmara Municipal de**  
**Itapevi-SP.**





# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

" ITAPEVI - Cidade Esperança "  
ESTADO DE SÃO PAULO

## PROJETO DE LEI Nº 021/97

(Dispõe sobre o sistema municipal de ensino, reorganizando o Conselho Municipal de Educação, que passa a denominar-se **Conselho de Educação do Município de Itapevi - CEMI**)

**SÉRGIO MONTANHEIRO**, Prefeito do Município de Itapevi, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

**FAZ SABER** que a Câmara Municipal de Itapevi aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

## TÍTULO I

### Da Reorganização do Conselho Municipal de Educação

**Art. 1º** - Fica reorganizado, nos termos da norma estabelecida no artigo 7º da Lei Estadual nº 9.143, de 09 de março de 1995, em conformidade com o disposto nesta Lei, como órgão normativo, consultivo e deliberativo do sistema municipal de ensino, o Conselho Municipal de Educação, criado pelo artigo 1º da Lei Municipal nº 914, de 11 de outubro de 1989, que passa a denominar-se **Conselho de Educação do Município de Itapevi - CEMI**.

**Art. 2º** - O **CEMI** será composto por doze (12) membros, denominados Conselheiros, representantes de instituições públicas e privadas ou da comunidade, que cumprirão mandato de dois (02) anos, permitida a recondução.

**Parágrafo único** - A cada Conselheiro corresponderá um suplente, denominado Conselheiro Suplente.

**Art. 3º** - A direção dos trabalhos do **CEMI** se fará por Mesa Diretora, composta por Presidente, Vice-Presidente e Secretário, sendo Presidente nato o ocupante do cargo de Secretário Municipal de Educação e Cultura, e os demais eleitos dentre os membros Conselheiros, por votação direta e aberta da maioria simples, para mandato de dois (02) anos.

**Art. 4º** - O procedimento interno para realização dos trabalhos do **CEMI**, assim como da Mesa Diretora, serão disciplinados por Regimento Interno.

## TÍTULO II

### Das Disposições Relativas ao Conselho



# **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI**

" ITAPEVI - Cidade Esperança "  
ESTADO DE SÃO PAULO

## **Capítulo I**

### **Da Composição**

**Art. 5º** - O CEMI será composto:

- I - Pelo Secretário Municipal de Educação e Cultura;
- II - Por um (01) representante da Secretaria Municipal de Finanças;
- III - Por um (01) representante da Secretaria Municipal de Promoção Social;
- IV - Por um (01) representante da Secretaria Municipal de Higiene e Saúde;
- V - Por um (01) representante da Delegacia de Ensino de Itapevi;
- VI - Por um (01) representante de Instituição de Ensino Privado situada no Município;
- VII - Por um (01) representante de Associação de Pais e Mestres de Escolas Públicas situadas no Município;
- VIII - Por um (01) representante de Instituição de Ensino sem fins lucrativos, de reconhecida utilidade pública, situada no Município;
- IX - Por um (01) representante de Associação de Professores do Estado com atuação no Município;
- X - Por um (01) representante de Associação de Professores da Rede Municipal de Ensino;
- XI - Por um (01) representante dos Diretores da Rede Estadual de Ensino;
- XII - Por um (01) representante dos Diretores da Rede Municipal de Ensino.

**Parágrafo único** - Somente será admitida a participação no CEMI, quanto a representação a que se refere os incisos VI a X, de entidade regularmente constituída e em funcionamento.

**Art. 6º** - A função de membro do CEMI é considerada de relevante interesse público e não será remunerada.

## **Capítulo II**



# **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI**

" ITAPEVI - Cidade Esperança "  
ESTADO DE SÃO PAULO

## **Da Forma de Nomeação**

**Art. 7º** - Os Conselheiros, assim como os respectivos

Conselheiros Suplentes:

I - quando representantes das Secretarias Municipais, serão indicados e designados pelo Prefeito, mediante Portaria;

II - quando representantes de instituições e associações, bem como da comunidade, serão indicados ao Prefeito, pela respectiva instituição ou associação, para nomeação mediante Portaria.

## **Capítulo III**

### **Das Atribuições**

**Art. 8º** - São atribuições do CEMI:

I - fixar diretrizes para a organização do sistema municipal de ensino ou para o conjunto das escolas municipais;

II - colaborar com o Poder Executivo Municipal na formulação da política e na elaboração do plano municipal de educação;

III - zelar pelo cumprimento das disposições constitucionais, legais e normativas em matéria de educação;

IV - exercer atribuições próprias do poder público local, conferidas em lei, em matéria educacional;

V - exercer, por delegação, competências próprias do poder público estadual em matéria educacional;

VI - assistir e orientar os poderes públicos na condução dos assuntos educacionais do Município;

VII - aprovar convênios de ação interadministrativa que envolvam o Poder Público Municipal e as demais esferas do Poder Público ou do setor privado;

VIII - propor normas para a aplicação de recursos públicos, em educação, no Município;

IX - propor medidas ao Poder Público Municipal no que tange à efetiva assunção de suas responsabilidades em relação à educação infantil e ao ensino fundamental;

X - propor critérios para o funcionamento dos serviços escolares de apoio ao educando (merenda escolar, transporte escolar e outros);





# **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI**

" ITAPEVI - Cidade Esperança "  
ESTADO DE SÃO PAULO

**XI** - pronunciar-se no tocante à instalação e funcionamento de estabelecimento de ensino de todos os níveis situados no Município;

**XII** - opinar sobre assuntos educacionais, quando solicitado pelo Poder Público;

**XIII** - elaborar e alterar o seu regimento.

**Parágrafo único** - Dependem de aprovação do Prefeito, na forma da legislação vigente, as deliberações do **CEMI**, de caráter normativo e de caráter geral, em especial as que versarem sobre matéria indicada nos incisos I, VIII, IX e X.

## **Capítulo IV**

### **Das Reuniões**

**Art. 9º** - O **CEMI** reunir-se-á na forma definida pelo seu Regimento Interno.

## **Capítulo V**

### **Da Estrutura Administrativa, Financeira e Técnica do CEMI**

**Art. 10** - O suporte administrativo-financeiro necessário ao funcionamento do **CEMI** será fornecido pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, compreendendo o fornecimento da infra-estrutura básica indispensável para realização dos trabalhos, como local para realização de reuniões, equipamento, material e funcionários.

**Art. 11** - O **CEMI** estará vinculado, tecnicamente, à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com integração, no sistema orçamentário desta, como unidade de despesa.

**Parágrafo único** - A Secretaria Municipal de Finanças, por intermédio da Divisão de Contabilidade, deverá implantar sistema interno específico para a movimentação e controle dos recursos do **CEMI**, fornecendo os informes que diretamente lhe forem solicitados.

## **TÍTULO III**

### **Disposições Transitórias**



# **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI**

" ITAPEVI - Cidade Esperança "  
ESTADO DE SÃO PAULO

**Art. 12** - Para fins de adaptar a composição do Conselho Municipal de Educação ao disposto nesta Lei, ficam extintos, a partir da data de publicação desta Lei, os mandatos dos Conselheiros nomeados na forma da Lei Municipal nº 914, de 11 de outubro de 1989.

**§ 1º** - O Chefe do Poder Executivo notificará a Diretoria do Conselho Municipal de Educação composto na forma da Lei Municipal nº 914, de 11 de outubro de 1989, por intermédio de seu Presidente, para apresentar, no prazo de quinze dias, contados da data da efetiva comunicação, todos os documentos relativos ao trabalho realizado pelo Conselho desde sua instituição, inclusive Regimento Interno e Livros de Atas, elaborando-se termo circunstanciado dos documentos entregues.

**§ 2º** - Os documentos entregues serão encaminhados ao Presidente do **CEMI**, para compor o arquivo do Conselho.

**Art. 13** - A primeira posse da totalidade dos membros do **CEMI** deverá ocorrer em trinta dias, contados da data da publicação desta Lei.

**Parágrafo único** - O Prefeito dará posse a totalidade dos membros do **CEMI** por ocasião de sua instalação.

**Art. 14** - A primeira eleição da Mesa Diretora do **CEMI** deverá ocorrer em dez (10) dias, contados da data da posse da totalidade dos Conselheiros.

**§ 1º** - Será competente para dirigir os trabalhos da primeira eleição da Mesa Diretora o Secretário Municipal de Educação e Cultura.

**§ 2º** - Do período do mandato da primeira Mesa Diretora do **CEMI** será descontado o prazo estabelecido para eleição, definido no "caput" deste artigo, de forma a possibilitar que seu termo ocorra com obediência do disposto no artigo 3º da presente Lei.

**Art. 15** - O **CEMI** terá prazo de noventa dias, contados da data em que ocorrer a eleição a que se refere o artigo 14 da presente Lei, para elaborar seu regimento interno, observadas, no que couber, as disposições desta Lei, ou, se for o caso, promover adaptações no Regimento Interno existente, de forma a adaptá-lo às normas definidas nesta Lei.

## **TÍTULO IV**

### **Das Disposições Finais**

**Art. 17** - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, constantes do orçamento vigente.



# **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI**

" ITAPEVI - Cidade Esperança "  
ESTADO DE SÃO PAULO

**Art. 18** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itapevi, 23 de junho de 1997

  
SÉRGIO MONTANHEIRO  
Prefeito





# **CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI**

**"ITAPEVI - CIDADE ESPERANÇA"**

RUA: BRASILIA DE ABREU ALVES, 200 - FONE: (011) 426-3651 - CEP 06650-000 - ITAPEVI - SÃO PAULO

**Parecer nº 014, de 1997 - Da Comissão nºs I e III sobre o Projeto de Lei nº 021, de 1997**

De autoria do Ex.mo. Sr. Prefeito Municipal de Itapevi, Sérgio Montanheiro, dispõe sobre o sistema municipal de ensino reorganizando o Conselho Municipal de Educação, que passa a denominar-se Conselho de Educação do Município de Itapevi - CEMI.

A propositura esteve em pauta, nos termos regimentais, tendo recebido emendas aditivas e modificativas.

A presente iniciativa trata de matéria cuja competência enquadra-se dentro da esfera privativa do Poder Executivo.

O artigo 1º da Lei Estadual nº 9.143, de 09 de março de 1995 estabelece que Conselhos Municipais Educação serão criados por iniciativa do Poder executivo local.

Considerando que no município de Itapevi a existência do Conselho Municipal de Educação é anterior a edição da Lei Estadual retro mencionado, remanesce ao Poder Executivo local a competência para propor a adequação do Conselho Municipal existente, às novas regras estabelecidas pela legislação estadual vindoura, o que ocorreu no presente caso.

Projeto de Lei apresentado, entretanto, não contemplou um comando inserido da Lei Orgânica do Município que obriga a participação de 2 (dois) membros da executiva da APEOSP regional na composição do Conselho Municipal de Educação, parágrafo único, do artigo 186.

Assim, considerando que o comando da Lei Orgânica prevalece sobre o comando da lei municipal ordinário, necessário se faz a inclusão da representação retro mencionada, como medida saneadora da ilegalidade ora apontada.



# CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - CIDADE ESPERANÇA"

RUA: BRASILIA DE ABREU ALVES, 200 - FONE: (011) 426-3651 - CEP 06650-000 - ITAPEVI - SÃO PAULO

Nesse sentido esta comissão apresenta a seguinte emenda ao projeto lei em epígrafe:

“Artigo 2º - O CEMI será composto por treze (13) membros, denominados Conselheiros, representantes de instituições públicas e privadas ou da comunidade, que cumprirão mandato de dois (02) anos, permitida a recondução.

Artigo 5º -

(...)

IX - Por dois (2) representantes da Associação do Professores do Estado de São Paulo - APEOESP; ”

Tem-se assim, desde que aprovada emenda apresentada no corpo deste parecer, estarão satisfeitas as condições de constitucionalidade e legalidade da propositura pelo que nosso parecer é pela sua aprovação.

Quanto ao mérito da presente propositura, nosso parecer é também pela sua aprovação, já que com advento da nova Lei Estadual novas atribuições surgiram aos Conselhos Municipais, sendo de rigor a adequação da legislação municipal existente.

Pelo que o parecer desta relatoria é favorável, desde que aprovada a emenda apresentada no corpo deste parecer, devendo, feitas as anotações de estilo, ser remetido ao Plenário nos termos regimentais.

Com relação as emendas apresentadas nenhum óbice há para sua aprovação, com efeito, é prerrogativa dos vereadores apresentarem emendas aos projetos de lei que tramitam nesta Casa de Leis.

Com efeito, as emendas apresentadas vêm ao encontro com os anseios da população Itapeviense, a partir de amplo debate realizado pelos diversos representantes do povo nesta Casa de Leis, razão pela qual devem ser acolhidas na sua totalidade.



# CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - CIDADE ESPERANÇA"

RUA: BRASILIA DE ABREU ALVES, 200 - FONE: (011) 426-3651 - CEP 06650-000 - ITAPEVI - SÃO PAULO

Ademais, ambas as emendas apresentadas, assim como a emenda apresentada por esta relatoria contemplam a exigência da Lei Orgânica do Município, tornando o projeto apto à sua condição de legalidade constitucionalidade.

Pelo que o parecer desta relatoria é também favorável a aprovação das emendas n°s , devendo, feitas as anotações de estilo, ser remetido ao Plenário nos termos regimentais.

Sala das Comissões, em 26 de agosto de 1997

## Comissão I

Fláudio Azevedo Lima - Presidente

Maria Ruth Banholzer

Antonio Rodrigues da Silva

Valter Francisco Antonio

Luciano Oliveira Farias

## Comissão II

## Comissão II

Antonio Cardoso Filho - Presidente

Lineu Alberto de Goes

Paulo Rogério de Almeida

João Ferreira do Monte

Geone Xavier Pereira

## Comissão III

Júlio César de Moraes

João Moura Rodrigues

Norma Lúcia Ribeiro Souza

Juarez Aparecido Pinto Vilares

Norival José Druzian

EMENDAS SUBSTITUTIVAS AO PROJETO DE LEI Nº 021/9

Ilustríssimo Senhor Presidente,

REQUEIRO à Mesa, na forma regimental vigente, sejam apreciadas em Plenário as Emendas Substitutivas que seguem, relativas aos artigos 5º e 2º da propositura supra referida:

01) O artigo 5º do Projeto passa a ter a seguinte redação:

"Art. 5º - O CEMI será composto:

I - Pelo Secretário Municipal de Educação e Cultura;

II - Por um (01) representante da Secretaria Municipal de Finanças;

III - Por um (01) representante da Secretaria Municipal de Promoção Social;

IV - Por um (01) representante da Secretaria Municipal de Higiene e Saúde;

V - Por um (01) representante da Delegacia de Ensino de Itapevi;

VI - Por um (01) representante de Instituição de Ensino Privado situada no Município;

VII - Por um (01) representante de Associação de Pais e Mestres de Escolas Públicas situadas no Município;

VIII - Por um (01) representante de Instituição de Ensino sem fins lucrativos, de reconhecida utilidade pública, situada no Município;

IX - Por dois (02) representantes do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - APEOESP, necessariamente membros da Executiva Regional;

X - Por dois (02) representantes dos Professores da Rede Municipal de Ensino;



XI - Por um (01) representante dos Diretores da Rede Estadual de Ensino;

XII - Por um (01) representante dos Diretores da Rede Municipal de Ensino;

XIII - Por um (01) representante da Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos.

Parágrafo único - Somente será admitida a participação no CEMI, quanto a representação a que se refere os incisos VI a X, de entidade regularmente constituída e em funcionamento."

#### **Justificativa:**

Conforme se observa, a Emenda altera as disposições dos incisos IX e X, bem como inclui, no artigo, o inciso XIII, sendo decorrentes de:

a) substituição da representação referida no inciso IX, de Associação de Professores do Estado com atuação no Município, pela representação a que se refere o parágrafo único do artigo 186 da Lei Orgânica do Município de Itapevi.

Não há dúvida que ao Município compete cumprir o disposto na Lei Estadual nº 9.143/95, reorganizando o Conselho Municipal de Educação existente. Todavia, razão não há para que não se observe o disposto na Lei Orgânica quanto a participação de dois (02) membros da Executiva Regional da APEOESP no Conselho Municipal de Educação. Segue transcrito o artigo mencionado:

"Art. 186 - Fica mantido o Conselho Municipal de Educação, nos termos da Lei Municipal nº 914/89 (art. 243 da Constituição do Estado de São Paulo).

Parágrafo único - Fica assegurada a participação de 02 (Dois) membros da Executiva regional da APEOESPE (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo) no Conselho Municipal de Educação."





b) substituição da representação referida no inciso X, de Associação de Professores da Rede Municipal de Ensino, pela representação direta dos Professores da Rede Municipal de Ensino, e determinação de não um (01) mas dois (02) representantes.

Dois fatores determinam a modificação:

- primeiro que, a rigor, não se conhece, ainda, no Município, de Associação formada exclusivamente por professores da Rede Municipal de Ensino, mesmo porque a própria municipalização é ainda recente, e
- segundo, que alterada a representação do inciso IX, que trata, a rigor, da representação de Professores do Ensino Estadual, nada mais correto que possibilitar, aos Professores da Rede Municipal de Ensino, a mesma proporcionalidade de representação.

*c) acréscimo, ao artigo, do inciso XIII, para viabilizar a representação da Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos.*

Hoje, é fundamental que as ações do governo, e também assim dos órgãos que o compõem, sejam sempre submetidas à apreciação jurídica, porque o ordenamento legal, federal e estadual, sofre modificações constantes, afetando, conseqüentemente, os projetos em andamento nos Municípios.

Assim, para que o órgão denominado CEMI possa ter prévio conhecimento das inovações legais, sem necessidade, a princípio, de maiores pesquisas, correta é a participação do profissional do direito.

02) O artigo 2º do Projeto passa a ter a seguinte redação:

"Art. 2º - O CEMI será composto por quinze (15) membros, denominados Conselheiros, representantes de instituições públicas e privadas ou da comunidade, que cumprirão mandato de dois (02) anos, permitida a recondução.

Parágrafo único - A cada Conselheiro corresponderá um suplente, denominado Conselheiro Suplente."

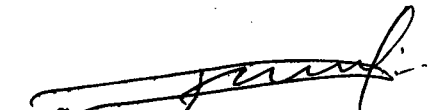


**Justificação:**

A medida se justifica em razão das modificações procedidas no artigo 5º da propositura, onde estão consignados quinze (15) membros, e não doze (12), como de início.

Nery, 25 de agosto de 1.997.

Sala das Sessões Benvindo Moreira



JOÃO FERREIRA DO MONTE  
Vereador



# **CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI**

**"ITAPEVI - CIDADE ESPERANÇA"**

RUA: BRASILIA DE ABREU ALVES, 200 - FONE: (011) 426-3651 - CEP 06650-000 - ITAPEVI - SÃO PAULO

**Emenda aditiva ao Artigo 5º:**

**Inclua-se onde couber, o seguinte**

**parágrafo:**

**“ A escolha dos representantes à que se refere os incisos de V a XII, dar-se-á através de indicação de seus pares.”**

  
**JOÃO FERREIRA DO MONTE**  
**VEREADOR**



# CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - CIDADE ESPERANÇA"

RUA: BRASILIA DE ABREU ALVES, 200 - FONE: (011) 426-3651 - CEP 06650-000 - ITAPEVI - SÃO PAULO

## EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 021/97

Art. 5º.....

Renumerar o parágrafo único para parágrafo 1º mantendo o mesmo texto.

Acrescentar o parágrafo 2º com a seguinte redação:

" O representante da Secretaria Municipal de Higiene e Saúde será indicado entre profissionais das áreas da Nutrição, Odontologia e Sanitarista".

Itapevi, 30 de junho de 1997.

Antonio Rodrigues da Silva  
Vereador Tonhão do Suburbano



# CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - CIDADE ESPERANÇA"

RUA: BRASILIA DE ABREU ALVES, 200 - FONE: (011) 426-3651 - CEP 06650-000 - ITAPEVI - SÃO PAULO

Emenda nº ao projeto de lei nº 021/97

Dê-se ao artigo 2º e parágrafo e ao artigo 5º do projeto de lei em epígrafe a seguinte redação:

“Artigo 2º - O CEMI será composto por 14 (catorze) membros, denominados Conselheiros, representantes de instituições públicas e privadas e da sociedade civil, que cumprirão mandato de 2 (dois) anos, permitida somente uma recondução por igual período.

Parágrafo único - A cada Conselheiro corresponderá um suplente, denominado Conselheiro suplente, que deverá ser escolhido e indicado pelo mesmo órgão de representação do Conselheiro titular do mandato.”

CÂMARA MUNICIPAL DE  
ITAPEVI

000096 AGO 97 26 25 16

ESTADO DE SÃO PAULO



# CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - CIDADE ESPERANÇA"

RUA: BRASILIA DE ABREU ALVES, 200 - FONE: (011) 426-3651 - CEP 06650-000 - ITAPEVI - SÃO PAULO

“Artigo 5º - O CEMI será composto:

I - Pelo Secretário Municipal de Educação e Cultura;

II - Por 1(um) representante da Secretaria Municipal de Finanças;

III - Por 1(um) representante da Secretaria Municipal de Promoção Social

IV - Por 1 (um) representante da Delegacia de Ensino de Itapevi;

V - Por 1 (um) representante das Instituições de Ensino Privado situada no Município;

VI - Por 1 (um) representante das Associações de Pais e Mestres de Escolas Públicas situadas no Município;

VII - Por 1 (um) representante das Instituições de Ensino sem fins lucrativos, de reconhecida utilidade pública, situada no Município;

VIII - Por 1 (um) representante dos servidores públicos das escolas municipais;

IX - Por 2 (dois) representantes da APEOESP;

X - Por 2 (dois) representantes da Associação dos Diretores de Escola;

XI - Por 1 (um) membro do Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente;

XII - Por 1 (um) representante dos alunos das escolas públicas de Itapevi;

Parágrafo 1º - A escolha dos representantes a que se refere os incisos V a XII, dar-se-á quando da convocação das eleições do Conselho, através de Assembléia realizada por cada uma das categorias, exclusivamente convocadas para esse fim.



# CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - CIDADE ESPERANÇA"

RUA: BRASILIA DE ABREU ALVES, 200 - FONE: (011) 426-3651 - CEP 06650-000 - ITAPEVI - SÃO PAULO

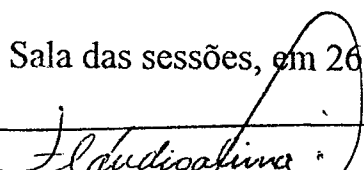
Parágrafo 2º - As Assembléias de que trata o parágrafo anterior serão compostas por membros indicados por cada uma das unidades escolares, que por votação direta e aberta da maioria simples escolherão o representante titular da categoria, bem como seu suplente.

## JUSTIFICATIVA

A composição do Conselho de Educação, bem assim a escolha de seus membros, em face até da natureza do órgão, deve se dar da forma mais democrática possível, de modo a garantir paridade na representação e na atuação do poder público e da sociedade civil organizada na gestão do sistema educacional do município.

Nesse sentido, a presente emenda buscou estabelecer formas democráticas de escolha dos membros de Conselho e também ampliar a representação da sociedade civil na sua composição.

Sala das sessões, em 26 de agosto de 1997

  
Flaudio Azeyedo Lima

Juarez Aparecido P. Villares

  
Antonio Cardoso Filho

Maria Ruth Banholzer

Lincu Alberto de Goes

Júlio César de Moraes

Paulo Rogério de Almeida

João Moura Rodrigues



# CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - CIDADE ESPERANÇA"

RUA: BRASILIA DE ABREU ALVES, 200 - FONE: (011) 426-3651 - CEP 06650-000 - ITAPEVI - SÃO PAULO

## AUTOGRAFO N.º 09/97

(Projeto de Lei n.º 021/97 - DO EXECUTIVO)

A CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI, usando das atribuições que lhe são conferidas, APROVA O SEGUINTE PROJETO DE LEI:

(Dispõe sobre o sistema municipal de ensino, reorganizando o Conselho Municipal de Educação, que passa a denominar-se Conselho de Educação do Município de Itapevi - CEMI)

### TÍTULO I

#### Da Reorganização do Conselho Municipal de Educação

**Art. 1º** - Fica reorganizado, nos termos da norma estabelecida no artigo 7º da Lei Estadual nº 9.143, de 09 de março de 1995, em conformidade com o disposto nesta Lei, como órgão normativo, consultivo e deliberativo do sistema municipal de ensino, o Conselho Municipal de Educação, criado pelo artigo 1º da Lei Municipal nº 914, de 11 de outubro de 1989, que passa a denominar-se Conselho de Educação do Município de Itapevi - CEMI.

**Art. 2º** - O CEMI será composto por quinze (15) membros, denominados Conselheiros, representantes de instituições públicas e privadas ou da comunidade, que cumprirão mandato de dois (02) anos, permitida a recondução.

**Parágrafo único** - A cada Conselheiro corresponderá um suplente, denominado Conselheiro Suplente.

**Art. 3º** - A direção dos trabalhos do CEMI se fará por Mesa Diretora, composta por Presidente, Vice-Presidente e Secretário, sendo Presidente nato o ocupante do cargo de Secretário Municipal de Educação e Cultura, e os demais eleitos dentre os membros Conselheiros, por votação direta e aberta da maioria simples, para mandato de dois (02) anos.

**Art. 4º** - O procedimento interno para realização dos trabalhos do CEMI, assim como da Mesa Diretora, serão disciplinados por Regimento Interno.





# **CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI**

**"ITAPEVI - CIDADE ESPERANÇA"**

RUA: BRASILIA DE ABREU ALVES, 200 - FONE: (011) 426-3651 - CEP 06650-000 - ITAPEVI - SÃO PAULO

## **TÍTULO II**

### **Das Disposições Relativas ao Conselho**

#### **Capítulo I**

##### **Da Composição**

**Art. 5º - O CEMI será composto:**

- I - Pelo Secretário Municipal de Educação e Cultura;**
- II - Por um (01) representante da Secretaria Municipal de Finanças;**
- III - Por um (01) representante da Secretaria Municipal de Promoção Social;**
- IV - Por um (01) representante da Secretaria Municipal de Higiene e Saúde;**
- V - Por um (01) representante da Delegacia de Ensino de Itapevi;**
- VI - Por um (01) representante de Instituição de Ensino Privado situada no Município;**
- VII - Por um (01) representante de Associação de Pais e Mestres de Escolas Públicas situadas no Município;**
- VIII - Por um (01) representante de Instituição de Ensino sem fins lucrativos, de reconhecida utilidade pública, situada no Município;**
- IX - Por dois (02) representantes do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - APEOESP, necessariamente membros da Executiva Regional;**
- X - Por dois (02) representantes dos Professores da Rede Municipal de Ensino;**
- XI - Por um (01) representante dos Diretores da Rede Estadual de Ensino;**
- XII - Por um (01) representante dos Diretores da Rede Municipal de Ensino;**



# **CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI**

**"ITAPEVI - CIDADE ESPERANÇA"**

RUA: BRASILIA DE ABREU ALVES, 200 - FONE: (011) 426-3651 - CEP 06650-000 - ITAPEVI - SÃO PAULO

**XIII - Por um (01) representante da Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos.**

**§ 1.º - Somente será admitida a participação no CEMI, quanto a representação a que se refere os incisos VI a X, de entidade regularmente constituída e em funcionamento.**

**§ 2.º - A escolha dos representantes à que se refere os incisos de V a XII, dar-se-á através de indicação de seus pares.**

**Art. 6º - A função de membro do CEMI é considerada de relevante interesse público e não será remunerada.**

## **Capítulo II**

### **Da Forma de Nomeação**

**Art. 7º - Os Conselheiros, assim como os respectivos Conselheiros Suplentes:**

**I - quando representantes das Secretarias Municipais, serão indicados e designados pelo Prefeito, mediante Portaria;**

**II - quando representantes de instituições e associações, bem como da comunidade, serão indicados ao Prefeito, pela respectiva instituição ou associação, para nomeação mediante Portaria.**

## **Capítulo III**

### **Das Atribuições**

**Art. 8º - São atribuições do CEMI:**

**I - fixar diretrizes para a organização do sistema municipal de ensino ou para o conjunto das escolas municipais;**

**II - colaborar com o Poder Executivo Municipal na formulação da política e na elaboração do plano municipal de educação;**

**III - zelar pelo cumprimento das disposições constitucionais, legais e normativas em matéria de educação;**



# **CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI**

**"ITAPEVI - CIDADE ESPERANÇA"**

RUA: BRASILIA DE ABREU ALVES, 200 - FONE: (011) 426-3651 - CEP 06650-000 - ITAPEVI - SÃO PAULO

**IV - exercer atribuições próprias do poder público local, conferidas em lei, em matéria educacional;**

**V - exercer, por delegação, competências próprias do poder público estadual em matéria educacional;**

**VI - assistir e orientar os poderes públicos na condução dos assuntos educacionais do Município;**

**VII - aprovar convênios de ação interadministrativa que envolvam o Poder Público Municipal e as demais esferas do Poder Público ou do setor privado;**

**VIII - propor normas para a aplicação de recursos públicos, em educação, no Município;**

**IX - propor medidas ao Poder Público Municipal no que tange à efetiva assunção de suas responsabilidades em relação à educação infantil e ao ensino fundamental;**

**X - propor critérios para o funcionamento dos serviços escolares de apoio ao educando (merenda escolar, transporte escolar e outros);**

**XI - pronunciar-se no tocante à instalação e funcionamento de estabelecimento de ensino de todos os níveis situados no Município;**

**XII - opinar sobre assuntos educacionais, quando solicitado pelo Poder Público;**

**XIII - elaborar e alterar o seu regimento.**

**Parágrafo único - Dependem de aprovação do Prefeito, na forma da legislação vigente, as deliberações do CEMI, de caráter normativo e de caráter geral, em especial as que versarem sobre matéria indicada nos incisos I, VIII, IX e X.**

## **Capítulo IV**

### **Das Reuniões**

**Art. 9º - O CEMI reunir-se-á na forma definida pelo seu Regimento Interno.**



# **CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI**

**"ITAPEVI - CIDADE ESPERANÇA"**

RUA: BRASILIA DE ABREU ALVES, 200 - FONE: (011) 426-3651 - CEP 06650-000 - ITAPEVI - SÃO PAULO

## **Capítulo V**

### **Da Estrutura Administrativa, Financeira e Técnica do CEMI**

**Art. 10** - O suporte administrativo-financeiro necessário ao funcionamento do CEMI será fornecido pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, compreendendo o fornecimento da infra-estrutura básica indispensável para realização dos trabalhos, como local para realização de reuniões, equipamento, material e funcionários.

**Art. 11** - O CEMI estará vinculado, tecnicamente, à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com integração, no sistema orçamentário desta, como unidade de despesa.

**Parágrafo único** - A Secretaria Municipal de Finanças, por intermédio da Divisão de Contabilidade, deverá implantar sistema interno específico para a movimentação e controle dos recursos do CEMI, fornecendo os informes que diretamente lhe forem solicitados.

## **TÍTULO III**

### **Disposições Transitórias**

**Art. 12** - Para fins de adaptar a composição do Conselho Municipal de Educação ao disposto nesta Lei, ficam extintos, a partir da data de publicação desta Lei, os mandatos dos Conselheiros nomeados na forma da Lei Municipal nº 914, de 11 de outubro de 1989.

**§ 1º** - O Chefe do Poder Executivo notificará a Diretoria do Conselho Municipal de Educação composto na forma da Lei Municipal nº 914, de 11 de outubro de 1989, por intermédio de seu Presidente, para apresentar, no prazo de quinze dias, contados da data da efetiva comunicação, todos os documentos relativos ao trabalho realizado pelo Conselho desde sua instituição, inclusive Regimento Interno e Livros de Atas, elaborando-se termo circunstanciado dos documentos entregues.

**§ 2º** - Os documentos entregues serão encaminhados ao Presidente do CEMI, para compor o arquivo do Conselho.



# **CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI**

**"ITAPEVI - CIDADE ESPERANÇA"**

RUA: BRASILIA DE ABREU ALVES, 200 - FONE: (011) 426-3651 - CEP 06650-000 - ITAPEVI - SÃO PAULO

**Art. 13 - A primeira posse da totalidade dos membros do CEMI deverá ocorrer em trinta dias, contados da data da publicação desta Lei.**

**Parágrafo único - O Prefeito dará posse a totalidade dos membros do CEMI por ocasião de sua instalação.**

**Art. 14 - A primeira eleição da Mesa Diretora do CEMI deverá ocorrer em dez (10) dias, contados da data da posse da totalidade dos Conselheiros.**

**§ 1º - Será competente para dirigir os trabalhos da primeira eleição da Mesa Diretora o Secretário Municipal de Educação e Cultura.**

**§ 2º - Do período do mandato da primeira Mesa Diretora do CEMI será descontado o prazo estabelecido para eleição, definido no "caput" deste artigo, de forma a possibilitar que seu termo ocorra com obediência do disposto no artigo 3º da presente Lei.**

**Art. 15 - O CEMI terá prazo de noventa dias, contados da data em que ocorrer a eleição a que se refere o artigo 14 da presente Lei, para elaborar seu regimento interno, observadas, no que couber, as disposições desta Lei, ou, se for o caso, promover adaptações no Regimento Interno existente, de forma a adaptá-lo às normas definidas nesta Lei.**

## **TÍTULO IV**

### **Das Disposições Finais**

**Art. 17 - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, constantes do orçamento vigente.**

**Art. 18 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.**

**Câmara de Vereadores do Município de Itapevi, 27**  
**de agosto de 1.997.**

**ROBERTO TOSHIO SATO**  
Presidente

**PAULO ROGÉRIO DE ALMEIDA**  
1.º - Secretário



# **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI**

**"ITAPEVI - Cidade Esperança"**

**ESTADO DE SÃO PAULO**

Proc. 029/97  
Proc. 021/97  
d.

**LEI Nº 1.365, DE 05 DE SETEMBRO DE 1997**

(Dispõe sobre o sistema municipal de ensino, reorganizando o Conselho Municipal de Educação, que passa a denominar-se Conselho de Educação do Município de Itapevi - CEMI)

**SÉRGIO MONTANHEIRO**, Prefeito do Município de Itapevi, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

**FAZ SABER** que a Câmara Municipal de Itapevi aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

## **TÍTULO I**

### **Da Reorganização do Conselho Municipal de Educação**

**Art. 1º** - Fica reorganizado, nos termos da norma estabelecida no artigo 7º da Lei Estadual nº 9.143, de 09 de março de 1995, em conformidade com o disposto nesta Lei, como órgão normativo, consultivo e deliberativo do sistema municipal de ensino, o Conselho Municipal de Educação, criado pelo artigo 1º da Lei Municipal nº 914, de 11 de outubro de 1989, que passa a denominar-se Conselho de Educação do Município de Itapevi - CEMI.

**Art. 2º** - O CEMI será composto por quinze (15) membros, denominados Conselheiros, representantes de instituições públicas e privadas ou da comunidade, que cumprirão mandato de dois (02) anos, permitida a recondução.

**Parágrafo único** - A cada Conselheiro corresponderá um suplente, denominado Conselheiro Suplente.

**Art. 3º** - A direção dos trabalhos do CEMI se fará por Mesa Diretora, composta por Presidente, Vice-Presidente e Secretário, sendo Presidente nato o ocupante do cargo de Secretário Municipal de Educação e Cultura, e os demais eleitos dentre os membros Conselheiros, por votação direta e aberta da maioria simples, para mandato de dois (02) anos.

**Art. 4º** - O procedimento interno para realização dos trabalhos do CEMI, assim como da Mesa Diretora, serão disciplinados por Regimento Interno.

*[Handwritten signatures and initials]*



# **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI**

**"ITAPEVI - Cidade Esperança"**

**ESTADO DE SÃO PAULO**

## **TÍTULO II**

### **Das Disposições Relativas ao Conselho**

#### **Capítulo I**

##### **Da Composição**

**Art. 5º - O CEMI será composto:**

**I - Pelo Secretário Municipal de Educação e Cultura;**

Finanças;

**II - Por um (01) representante da Secretaria Municipal de**

Promoção Social;

**III - Por um (01) representante da Secretaria Municipal de**

Higiene e Saúde;

**IV - Por um (01) representante da Secretaria Municipal de**

Itapevi;

**V - Por um (01) representante da Delegacia de Ensino de**

Privado situada no Município;

**VI - Por um (01) representante de Instituição de Ensino**

**VII - Por um (01) representante de Associação de Pais e  
Mestres de Escolas Públicas situadas no Município;**

**VIII - Por um (01) representante de Instituição de Ensino  
sem fins lucrativos, de reconhecida utilidade pública, situada no Município;**

**IX - Por dois (02) representantes do Sindicato dos  
Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - APEOESP, necessariamente membros  
da Executiva Regional;**

Municipal de Ensino;

**X - Por dois (02) representantes dos Professores da Rede**

Estadual de Ensino;

**XI - Por um (01) representante dos Diretores da Rede**

Municipal de Ensino;

**XII - Por um (01) representante dos Diretores da Rede**

Negócios Jurídicos.

**XIII - Por um (01) representante da Secretaria Municipal de**

**§ 1º - Somente será admitida a participação no CEMI,  
quanto a representação a que se refere os incisos VI a IX, de entidade regularmente  
constituída e em funcionamento.**



# **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI**

**"ITAPEVI - Cidade Esperança"**

**ESTADO DE SÃO PAULO**

**§ 2º** - A escolha dos representantes à que se refere os incisos de V a XII, dar-se-á através de indicação de seus pares.

**Art. 6º** - A função de membro do CEMI é considerada de relevante interesse público e não será remunerada.

## **Capítulo II**

### **Da Forma de Nomeação**

**Art. 7º** - Os Conselheiros, assim como os respectivos Conselheiros Suplentes:

I - quando representantes das Secretarias Municipais, serão indicados e designados pelo Prefeito, mediante Portaria;

II - quando representantes de instituições e associações, bem como da comunidade, serão indicados ao Prefeito, pela respectiva instituição ou associação, para nomeação mediante Portaria.

## **Capítulo III**

### **Das Atribuições**

**Art. 8º** - São atribuições do CEMI:

I - fixar diretrizes para a organização do sistema municipal de ensino ou para o conjunto das escolas municipais;

II - colaborar com o Poder Executivo Municipal na formulação da política e na elaboração do plano municipal de educação;

III - zelar pelo cumprimento das disposições constitucionais, legais e normativas em matéria de educação;

IV - exercer atribuições próprias do poder público local, conferidas em lei, em matéria educacional;

V - exercer, por delegação, competências próprias do poder público estadual em matéria educacional;

VI - assistir e orientar os poderes públicos na condução dos assuntos educacionais do Município;

VII - aprovar convênios de ação interadministrativa que envolvam o Poder Público Municipal e as demais esferas do Poder Público ou do setor privado;





# **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI**

**"ITAPEVI - Cidade Esperança"**

**ESTADO DE SÃO PAULO**

VIII - propor normas para a aplicação de recursos públicos, em educação, no Município;

IX - propor medidas ao Poder Público Municipal no que tange à efetiva assunção de suas responsabilidades em relação à educação infantil e ao ensino fundamental;

X - propor critérios para o funcionamento dos serviços escolares de apoio ao educando (merenda escolar, transporte escolar e outros);

XI - pronunciar-se no tocante à instalação e funcionamento de estabelecimento de ensino de todos os níveis situados no Município;

XII - opinar sobre assuntos educacionais, quando solicitado pelo Poder Público;

XIII - elaborar e alterar o seu regimento.

**Parágrafo único** - Dependem de aprovação do Prefeito, na forma da legislação vigente, as deliberações do CEMI, de caráter normativo e de caráter geral, em especial as que versarem sobre matéria indicada nos incisos I, VIII, IX e X.

## **Capítulo IV**

### **Das Reuniões**

**Art. 9º** - O CEMI reunir-se-á na forma definida pelo seu Regimento Interno.

## **Capítulo V**

### **Da Estrutura Administrativa, Financeira e Técnica do CEMI**

**Art. 10** - O suporte administrativo-financeiro necessário ao funcionamento do CEMI será fornecido pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, compreendendo o fornecimento da infra-estrutura básica indispensável para realização dos trabalhos, como local para realização de reuniões, equipamento, material e funcionários.

**Art. 11** - O CEMI estará vinculado, tecnicamente, à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com integração, no sistema orçamentário desta, como unidade de despesa.

**Parágrafo único** - A Secretaria Municipal de Finanças, por intermédio da Divisão de Contabilidade, deverá implantar sistema interno específico para a movimentação e controle dos recursos do CEMI, fornecendo os informes que diretamente lhe forem solicitados.



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

## TÍTULO III

### Disposições Transitórias

**Art. 12** - Para fins de adaptar a composição do Conselho Municipal de Educação ao disposto nesta Lei, ficam extintos, a partir da data de publicação desta Lei, os mandatos dos Conselheiros nomeados na forma da Lei Municipal nº 914, de 11 de outubro de 1989.

**§ 1º** - O Chefe do Poder Executivo notificará a Diretoria do Conselho Municipal de Educação composto na forma da Lei Municipal nº 914, de 11 de outubro de 1989, por intermédio de seu Presidente, para apresentar, no prazo de quinze dias, contados da data da efetiva comunicação, todos os documentos relativos ao trabalho realizado pelo Conselho desde sua instituição, inclusive Regimento Interno e Livros de Atas, elaborando-se termo circunstanciado dos documentos entregues.

**§ 2º** - Os documentos entregues serão encaminhados ao Presidente do CEMI, para compor o arquivo do Conselho.

**Art. 13** - A primeira posse da totalidade dos membros do CEMI deverá ocorrer em trinta dias, contados da data da publicação desta Lei.

**Parágrafo único** - O Prefeito dará posse a totalidade dos membros do CEMI por ocasião de sua instalação.

**Art. 14** - A primeira eleição da Mesa Diretora do CEMI deverá ocorrer em dez (10) dias, contados da data da posse da totalidade dos Conselheiros.

**§ 1º** - Será competente para dirigir os trabalhos da primeira eleição da Mesa Diretora o Secretário Municipal de Educação e Cultura.

**§ 2º** - Do período do mandato da primeira Mesa Diretora do CEMI será descontado o prazo estabelecido para eleição, definido no "caput" deste artigo, de forma a possibilitar que seu termo ocorra com obediência do disposto no artigo 3º da presente Lei.

**Art. 15** - O CEMI terá prazo de noventa dias, contados da data em que ocorrer a eleição a que se refere o artigo 14 da presente Lei, para elaborar seu regimento interno, observadas, no que couber, as disposições desta Lei, ou, se for o caso, promover adaptações no Regimento Interno existente, de forma a adaptá-lo às normas definidas nesta Lei.

## TÍTULO IV

### Das Disposições Finais

**Art. 17** - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, constantes do orçamento vigente.



# **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI**

**"ITAPEVI - Cidade Esperança"**

**ESTADO DE SÃO PAULO**

<sup>17</sup>  
**Art. 18** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação,  
revogadas as disposições em contrário.

Itapevi, 05 de setembro de 1997

  
**SÉRGIO MONTANHEIRO**  
Prefeito

Publicada, por afixação, no lugar de costume e registrada em livro próprio, na Prefeitura do Município de Itapevi, em 05 de setembro de 1997.

  
**LAÉRCIO ARMANDO COELHO**  
Secretário de Governo

---

**R. JOAQUIM NUNES, 65 - TEL.: (011) 426-3555 - FAX: 426-4744 - CEP 06653-090 - ITAPEVI - SP**

